

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA**

FRANCINE LEÔNCIO MENDONÇA DE FRANÇA

**“EVAS MODERNAS”: O MOVIMENTO DE MULHERES NAS PÁGINAS D’O
SEMEADOR (ALAGOAS, 1920-1934)**

Maceió/AL

2024

FRANCINE LEÔNCIO MENDONÇA DE FRANÇA

**“EVAS MODERNAS”: O MOVIMENTO DE MULHERES NAS PÁGINAS D’O
SEMEADOR (ALAGOAS, 1920-1934)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História da
Universidade Federal de Alagoas, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Irinéia Maria
Franco dos Santos

Maceió/AL

2024

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que FRANCINE LEÔNCIO MENDONÇA DE FRANÇA é AUTORA do capítulo: **Evas modernas: o movimento de mulheres nas páginas d'O Semeador (Alagoas, 1920-1934)**. Esse capítulo integra a obra *(In)desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (Século XX)*, de Elias Ferreira Veras e Roberta dos Santos Sodó (Org.), faz parte do acervo da Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal) e pode ser depositado no Repositório Institucional da Ufal (RIUfal).

Maceió, 04 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDA LINS DE LIMA**
Data: 04/12/2024 16:00:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernanda Lins de Lima
Coordenadora Editorial da Edufal

Elias Ferreira Veras
Roberta dos Santos Sodó
(Org.)

Homossexuais protestam
contra reportagem que
denuncia o roteiro-gay

União das Mulheres faz
protesto contra estupro

DEMOCRACIA
RACIAL?
NADA DISSO!

Lêla Gonzales
(Transcrito da Revista Mulheres)



[IN] DESE JA VEIS

LGBTQIA+ E FEMINISMO
NA IMPRENSA DE ALAGOAS
(SÉCULO XX)

Homem-mãe já foi visitado
por 5 mil e laudo médico
revoltou o povo de Lajes

terreno baldio é reduto
de gente desclassificada
mariposas numa noite

componentes do Núcleo da
Felicidade sob o comando
do capitão Nilton Rocha e
do tenente Manoel Romaldão,
percorreram diversas ruas da
cidade, na noite de ontem.

A frequência das "mariposas"
pelas ruas da cidade, notadamente
à noite, está tornando-se um
problema para a população, devido
ao fechamento de todas as
luminárias que existiam no bairro.

vendidas ao Primeiro Distrito
de Polícia da Capital, ficando à
disposição do bacharel Valter
Moreira. Devido ao plano de
segurança na noite de ontem,
agora liberadas horas.

 **Edufal**

Catálogo na fonte

Editora da Universidade Federal de Alagoas - Edufal

Núcleo de Conteúdo Editorial

Bibliotecário Responsável: Roselito de Oliveira Santos – CRB-4 – 1633

I38 (In)Desejáveis : LGBTQIA+ e Feminismo na imprensa de Alagoas (séculoXX) / Elias Ferreira Veras, Roberta dos Santos Sodó (Org.). — Maceió : Edufal, 2024.
513 p. : 22 cm

Inclui bibliografia.

ISBN- 978-65-5624-273-6 E-book

1. LGBTQIA+. 2. Imprensa em Alagoas. 3. Feminismo I. Título.

CDU: 94(813.5)

**Direitos desta edição reservados à Edufal -
Editora da Universidade Federal de Alagoas**

Av. Lourival Melo Mota, s/n

Campus A. C. Simões

Centro de Interesse Comunitário - CIC

Cidade Universitária, Maceió/AL

CEP: 57072-970

Contatos: www.edufal.com.br

contato@edufal.com.br

(82) 3214-1111/1113

Editora afiliada



“Evas modernas”: o movimento de mulheres nas páginas d’O Semeador (Alagoas, 1920-1934)

Francine Leôncio Mendonça de França

O que as mulheres não devem fazer

- Escrever cartas de amor.
 - Voltar a cabeça para olhar quem as olha.
 - Falar muito e nada dizer.
 - Usar vestido demasiadamente curto e decote demasiadamente comprido.
 - Rir com o unico fim de mostrar os dentes.
 - Perguntar o que não lhe pertence saber.
 - Ler romances realistas.
 - Amar só para passar o tempo.
 - Usar mais de quatro côres no vestido.
 - Ficar longas horas em frente do espelho, e deixar a casa ao Deus dará.
 - Accender uma vela a Deus e outra ao diabo.
 - Commungar pela manhã com devoção e ir á tarde a espectaculos immoraes e à noite aos bailes.
 - Gesticular a meudo e teimar sempre.
 - Ter dois amores ao mesmo tempo.
 - Criticar vinte vezes seguidas.
 - Nunca prometter o que não ha de cumprir!
- (O Semeador, Maceió, 22 mar. 1927, p. 3)

Introdução

A citação em epígrafe compõe uma série de publicações feitas pelo periódico católico *O Semeador* ao longo da década de 1920, momento de intensificação das ideias de emancipação feminina no meio social e político, às vésperas da aprovação do voto feminino em 1932. Para combater as correntes de pensamento que pretendiam influenciar a ordem social vigente, a Igreja Católica utilizou a imprensa como meio difusor de seus ideais. A Igreja via as mulheres como importantes aliadas na recristianização da sociedade, que se tornava cada vez mais laica com a instalação da República. Por isso, a imprensa católica direcionou diversas publicações que falavam sobre a índole feminina, o voto feminino, o divórcio, a criação dos filhos e a moda, no intuito de informar a mulher cristã ideal.

Desde meados do século XIX, construía-se a imagem da mulher como o “anjo da família”, responsável por cuidar dos filhos e da casa, pois entendia-se que sua vida ficaria limitada ao âmbito privado. Aquelas que desviassem desse caminho seriam vistas como mulheres da vida, loucas e fugitivas do cumprimento de suas obrigações naturais. Essa visão foi justificada de diversas formas, entre elas: (a) a *via religiosa*, que sustentou a dualidade entre Eva e Maria. Enquanto Eva desviou-se do caminho certo e colocou Adão no pecado, Maria foi o ideal de mulher perfeita, ao mesmo tempo virgem e mãe; (b) a *medicina*, que justificou uma divisão do trabalho através do sexo. Por esse viés de gênero, mas dito biológico, as mulheres só poderiam ser mães e donas do lar. Os homens deveriam sustentar as despesas da família e tomar parte das questões públicas.

Além da casa, o único lugar que elas poderiam frequentar era a Igreja; lá o seu papel não era muito diferente, já que não poderiam assumir os cargos de liderança, muito menos alcançar as ordens sacras e administrar os sacramentos. Seu papel sempre

foi secundário e sua função era a caridade, a educação religiosa e de apoio ao clero.

A divisão sexual do trabalho é entendida pela Igreja Católica através da doutrina do pecado original. Este teria sido provocado por Eva, sendo ela a culpada pelo sofrimento da humanidade e a desqualificação da mulher para assumir posições de liderança, ao contrário dos homens. Como todas as mulheres são descendentes da primeira mulher criada, todas sofrem com os castigos instituídos a ela: a submissão ao homem e as dores do parto. Logo, a Igreja, na tentativa de idealizar um perfil feminino à sombra da Virgem Maria, criou um objetivo inatingível para as mulheres, já que Maria é ao mesmo tempo mãe e virgem. Consequentemente, isso causaria nas mulheres a busca infundável por estar dentro dos padrões considerados “aceitos” pela sociedade (Silvana Ribeiro, 2000).

Em contrapartida, as mudanças no modo de produção exigiam que muitas mulheres das camadas baixas e médias da sociedade abandonassem o lar para trabalhar fora e complementar a renda familiar, realidade que já era vivenciada pelas mulheres pobres e negras. Entretanto, isso não significava que essas trabalhadoras estavam adquirindo direitos e cidadania por estarem desenvolvendo atividades lucrativas e de manutenção para o capitalismo. Como nos esclarece bell hooks (2018, p. 63), o trabalho não necessariamente liberta as mulheres pobres da dominação masculina, já que não oferece meios de autossuficiência financeira. De fato, são pagos salários inferiores às mulheres e isso impossibilita o crescimento de sua qualidade de vida. A organização das mulheres que buscavam direitos políticos, nos primeiros anos da República, foi fundamental para o primeiro passo em busca de emancipação.

Apesar da desigualdade de gênero remontar a muito antes do surgimento do cristianismo, a Igreja Católica foi um dos principais agentes que contribuíram para a consolidação do

lugar secundário da mulher na sociedade ocidental. Contudo, o estudo da história das mulheres e das religiões nos mostra as relações complexas entres esses agentes. Os desafios experimentados pelas mulheres na esfera do catolicismo não podem ser dissociados dos desafios da esfera do mundo profano (Teresa Toldy, 1997, p. 222).

Neste capítulo, busca-se analisar os discursos da imprensa católica, em Alagoas, através do jornal *O Semeador*, acerca das movimentações de mulheres no contexto nacional e regional por participação mais ativa na vida política e social do país, seja por meio de movimentos feministas ou organizações católicas. Também foram levantados os embates em torno dos usos do termo *feminismo*, visto como um campo em disputa, e as posições do clero local sobre o voto feminino.

A Igreja Católica e o papel das mulheres na sociedade

O Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, deu fim ao regime do padroado régio e instituiu a liberdade de crença no país, retirando o *status* da Igreja Católica de religião oficial do Brasil. Apesar da Igreja Católica brasileira e do papa discordarem acerca da separação Estado/Igreja, essa nova configuração foi importante para potencializar o projeto da Santa Sé, já em andamento, de uniformização institucional e doutrinária das igrejas locais, conhecido pela historiografia como romanização e/ou ultramontanismo (reforma ultramontana) (Irinéia Santos, 2019, p. 33). A chamada romanização também se caracterizou pela padronização de procedimentos e posturas que tanto o clero, quanto o laicato, deveriam seguir: atuantes e combatentes.

Tal projeto contou com o apoio expressivo das mulheres, que tiveram uma maior aceitação das novas normas instituídas. Essa aproximação das mulheres com o clero ocorreu graças a algumas mudanças no discurso adotado pela Igreja sobre a

índole das mulheres. Passaram a ser acentuadas as suas qualidades maternas e o seu zelo feminino pela religião, importantes disseminadoras do catolicismo (Ana Paula Martins, 2016, p. 189). Assim, “ao valorizar o papel materno, a Igreja Católica queria, por intermédio da mulher, chegar até à família.” (Nadia Guariza, 2003, p. 2).

Essa “feminilização da Igreja”, apontada por Maria José Rosado Nunes (1997), consiste: na instalação do culto mariano, em que as características femininas são exaltadas (maternidade, pureza, caridade, devoção); na crescente formação de associações femininas católicas por todo o Brasil; na transformação dos padres em defensores das mulheres contra a violência masculina. Maria José Rosado Nunes (1997, p. 491) afirma que “A incorporação das mulheres pela instituição deu-se em virtude da pretensão de diminuir ou anular o poder do laicato masculino.” Os homens, que, em sua maioria, estavam associados às confrarias e irmandades, não participavam das missas e dos sacramentos, especialmente da confissão e da comunhão. Assim, fora do alcance do poder do clero sobre suas ações, tornaram-se um verdadeiro desafio para a reforma que a Igreja objetivava.

Contudo, isso não significava que as mulheres pudessem obter algum tipo de poder por apoiar os padres na empreitada restauradora; pelo contrário, sua posição secundária foi fortificada mediante o fortalecimento da hierarquia eclesiástica e social. Porém, sua inserção nas associações femininas católicas, como a Pia União das Filhas de Maria¹⁰, possibilitou uma abertura para a participação das mulheres na vida pública, desempenhando

10 “A associação da Pia União das Filhas de Maria era um grupo de mulheres leigas católicas as quais tinham por devoção a Virgem Maria. As associadas trajavam sempre uma roupa branca, a cabeça era coberta por um véu e ostentavam no pescoço uma fita azul da qual pendia uma medalha com a imagem de Nossa Senhora. Se reuniam mensalmente e tinham por obrigação ações caritativas.” (Ioneide Souza, 2010, p. 1).

trabalhos de caridade, arrecadação de doações e organização de quermesses; consequentemente, atribuindo maior visibilidade para as associadas, atenção que não conseguiam adquirir apenas nas relações sociais e familiares (Martins, 2016, p. 189).

Diante das correntes da modernidade que questionavam o poder da religião na sociedade, a Igreja Católica lançou-se no combate à laicização do Estado e da moral, condenou o liberalismo, o comunismo/socialismo, o positivismo, o feminismo etc. Segundo Irinéia Santos (2019, p. 50), a imprensa católica em Alagoas foi fundamental para a manutenção da hegemonia do catolicismo no estado. *O Semeador*¹¹, principal jornal católico no estado em circulação desde 1913, levantou as preocupações da instituição religiosa no período e suas implicações no âmbito social, político e cultural.

Em janeiro de 1920, *O Semeador* publicou a matéria intitulada “O feminismo julgado pela philosophia catholica”, o primeiro texto encontrado no jornal debatendo sobre o feminismo:

[...] O Feminismo deve ser collocado no numero dos erros mais perniciosos que affligem o mundo contemporaneo. Seu triumpho causaria irremediaveis desordens, porque arruinaria o plano providencial, substituindo um estado de cousas - si é permittido qualificar de estado a mesma instabilidade. A mulher, dizem, é igual ao homem, questão mal feita, formula vaga de uma excessiva generali-

¹¹ “SEMEADOR, O. ‘Diário católico vespertino’, publicado em Maceió desde 2 de março de 1913. Sua redação, administração e oficinas ficavam no Palácio Episcopal, pois era de propriedade da arquidiocese de Maceió. Inicialmente semanal, passa a diário, voltando posteriormente a ser semanal. Tinha como lemas: *Verbum Dei Non Est Alligatum*: ‘Sinto-me feliz em suplicar as bênçãos do céu sobre a pena de um jornalista cristão’ e ‘Deus Pátria e Família’. Fundado pelos padres Antônio Valente e Luiz Barbosa e por Franklin de Lima, tendo sido editado, como diário, até 1981, e segundo se afirma, o único diário católico do Brasil.” (Francisco Barros, 2005, p. 545, tomo 2).

dade. [...] Não se mudam as leis da natureza. Mas porque essas divergencias irreductiveis, senão porque o homem e a mulher têm u'a missão especial para cumprir. Comprehendam bem, que essas funcções exigem o uso das energias e dos attractivos sociaes que eu assignalo. Existe proporção entre o governo interior do lar domestico: maternidade, educação dos filhos, cuidados domesticos e a natureza feminina; assim como os caracteres proprios da alma do homem designam-a ao manejo dos negocios como aos estudos scientificos, à gestão politica, emfim ao conjuncto dos actos que suppõem a preponderancia das faculdades racionaes sobre as potencias sensiveis. Estas relações harmoníosas revelam claramente o pensamento da Divina Providencia: é preciso respeitá-lo; com effeito, quando se deixa de observá-lo, de chofre surge a desordem; e a desorganisação da familia é a ruina da sociedade. [...] (*O Semeador*, Maceió, 27 jan. 1920, p. 1).

O trecho condenou o feminismo liberal que, de acordo com ele, pretendia desordenar os papéis de gênero, consideradas as funções naturais que cada sexo deveria exercer e conformar-se. Caso fugisse do esquema da divisão sexual do trabalho, fruto da “divina providência”, que confinava as mulheres no lar e levava os homens à vida pública, a família estaria condenada à ruína e, consequentemente, toda a sociedade.

O feminismo, como constata Glaucia Fraccaro (2018), desde seus primeiros momentos, foi um campo político em disputa. É recente a ideia do feminismo como um movimento, identificado com a esquerda, de defesa da igualdade de direitos políticos e civis para homens e mulheres. Grupos de diferentes correntes ideológicas disputaram os significados do termo feminismo. Católicos e marxistas se opuseram às ideias do feminismo liberal, que priorizava os direitos políticos individuais e a autonomia das mulheres. Os católicos alegavam que tais objetivos

desviariam a mulher de sua missão divina, como visto acima na citação de *O Semeador*; para os marxistas, questões como o voto feminino constituíam pauta secundária e diversionista na luta de classes (Martins, 2020, p. 99).

Além disso, mulheres e homens que defendiam as pautas de emancipação feminina evitavam se intitular como feministas devido à carga pejorativa que era atribuída ao termo, disseminado, principalmente, pelos meios de comunicação. As feministas eram representadas como mulheres que queriam “ser homens” ou que eram “anti-homens”, caracterizadas como feias, histéricas ou com termos referentes à sexualidade, como “sapatão” (Iracéli da Cruz Alves, 2020, p. 24). Por isso, preferiam utilizar expressões como “movimento feminino” e “movimento de mulheres”.

No jornal *O Semeador*, podemos observar essa disputa na utilização do termo feminismo e das expressões que substituíam ou rivalizavam com o feminismo. Vejamos o editorial do número 31, de fevereiro de 1920, intitulado “Movimento feminino”:

É este o nome de uma secção d’“A União”, jornal catholico que se edita na metropole do paiz. Trata ella da acção feminina e faz a propaganda da “Aliança femenina”, ha pouco fundada n’aquella cidade, tendo á frente a grande escritora bahiana D. Amelia Rodrigues, honra da litteratura brasileira e especialmente da mulher patricia. Debatem-se diversas opiniões pró e contra a emancipação da mulher. Opinam alguns que ella deve continuar a ser apenas o anjo tutelar da familia, deixando ao homem o campo aberto sem lhe fazer concurrencia os graves emprehendimentos e nas diversas careiras e empregos. Querem mesmo que se limite somente a ser dona de casa, sem nada entender de artes e litteratura!... Outras querem a completa emancipação da mulher, indo até para as praças publicas fazer propagandas das leis nefastas do maximalismo e do bolscheveismo!... Qual das duas

opiniões será a melhor? A escolha é bem difficil, pois tudo que tende para o exagero é prejudicial. Na minha humilde opinião nenhuma d'ellas é razoavel. Devemos concordar que a mulher de hoje não é a escrava do tempo do paganismo. O estudo das sciencias para muitas não é desconhecido e rivalisam com o homem em intelligencia e talento. As carreiras espinhosas, os lugares de responsabilidade lhes são accessiveis e os desempenham tão bem quanto o homem. Os inimigos do desenvolvimento intellectual da mulher, julgam-n'ó prejudicial por que, dizem elles, fazem-n'a esquecer-se dos deveres domesticos e toma amor ao movimento da rua. Porem, se este desenvolvimento effectuar se a pa da educação christã, ella saberá hamonisa perfeitamente os papeis de serviçal da patria e anjo da familia, quer como filha obediente, irmã dedicada ou esposa carinhosa e mãe extremosa. E para este fim é que foi fundada a "Alliança feminina" sob a benções de S. Emm. o Cardeal e de diversos prelados brasileiros. Ella destina-se a educar a mulher sob os moldes do Christiamo. [...] Diante de tanta miseria será possivel que permaneçamos de braços cruzados?! Não, é preciso que todos trabalhem na medida de suas forças! E a acção da mulher será uma das mais necessarias e bemfazejas. Li, não me lembro onde, "a mulher pode tudo quanto quer". E talvez assim seja. Com a sua natural meiguice, saberá arrastar mais facilmente, para os pés da cruz, os transviados. [...] Mas para isso, é preciso que eduquemos-la christã e as scientificamente. Já à roda de nós vemos bastantes desatinos! Pouhama-nos em campo, mulher catholica alagoana, e imitemos nossas companheiras de outros Estados, e sobre nós descerão as benções do cèu. - F. de M. (*O Semeador*, Maceió, 18 fev. 1920, p. 1).

O texto faz menção à "Aliança Feminina", fundada pela professora e escritora Amélia Rodrigues, em 1919, no Rio de Janeiro,

como exemplo de organização feminina católica militante, que propunha a entrada da mulher no espaço público para defender os interesses católicos e femininos. O autor do texto defende uma mudança gradual na esfera de atuação da mulher, que ingressaria nos cargos concorridos com os homens se sua educação reforçasse a moral católica, na qual deveria acompanhar a mulher durante seu desenvolvimento profissional, sem prejudicar suas funções estabelecidas como mãe e esposa.

O texto conclui fazendo uma convocatória às mulheres alagoanas para seguirem o exemplo de suas conterrâneas e se organizarem para assumir posições mais públicas e utilizar da palavra para a divulgação da moral católica¹².

Por se tratar de um movimento secular e de livres-pensadoras, a Igreja nunca apoiou totalmente o feminismo; porém, não podia ignorar que certas pautas eram compatíveis ao catolicismo social, como: os direitos à propriedade; o reconhecimento da paternidade; a educação; a importância social da mulher ligada às capacidades naturais femininas (mãe, rainha do lar, divulgadora da fé cristã) (Martins, 2020, p. 103). Desse modo, não demorou muito para que os intelectuais católicos comesçassem a ressignificar o feminismo, dando-lhe qualidades cristãs nas ações das mulheres que contribuíam na sociedade e também na política, criando as primeiras linhas de um feminismo cristão, “um feminismo com Deus”. Este deveria rivalizar com o feminismo secular.

É interessante notar o uso do termo “movimento feminino” em vez de “feminismo cristão”, preferido pelo clero quando precisava tratar desse assunto, sempre assumindo uma posição cautelosa. Como afirma Ana Paula Martins (2020, p. 107), “A expressão ‘feminismo cristão’ aparece muito raramente na imprensa católica,

12 Essa urgência da associação dos fiéis à propagação da doutrina católica foi postulada na encíclica *Rerum Novarum* (1891), pelo Papa Leão XIII (1878-1902) criando as primeiras bases da teoria do catolicismo social para a intervenção nos problemas sociais (Martins, 2020, p. 100).

em favor de expressões como o ‘movimento feminino católico’ ou ‘ação social feminina’”. O objetivo não era cristianizar o feminismo secular, considerado mal e rebelde; e sim criar um feminismo reverso a este: bom, com Deus e que respeitava a ordem.

Com o decorrer da década de 1920, as publicações de *O Semeador* começaram a utilizar o termo “feminismo cristão” quando se referiam às atividades desenvolvidas por associações femininas católicas, como a Pia União das Filhas de Maria do Livramento e a Associação das Mães Cristãs. Essas entidades foram muito atuantes na sociedade com projetos de caridade aos pobres e às crianças carentes, além de desenvolverem trabalhos para a Igreja, limpando e organizando missas e festas. Isso é verificado na publicação de janeiro de 1926, intitulada “Acção do feminismo catholico”:

[...] Deixei em projecto, mas já em vias de realisação uma grande obra de resultados beneficos para a creançada pobre. E’ de se esperar que vâ em progresso, em vista das provas que temos tido em outras emprezas a que puzeram hombros. Haja vista o que já fizeram em prol do jornal catholico local, por occasião de uma kermesse em que trabalhando ao lado das Filhas de Maria do Livramento contribuíram com o seu trabalho e esforço conseguindo só pela sua parte reunir a somma de um conto de réis a um conto e tanto. Ao tempo da grande calamidade que enlutou a cidade o anno atrazado ellas acorrenram sollicitas em socorro dos flagellados, onde de porta em porta á cata de esmolos, roupas e mais utensilios para os pobres flagellados. De outra feita, a quando o nosso zeloso Antistite chamou a postos as Filhas de Maria da Capital para trabalharem em prol das Vocações Sacerdotaes todas responderam ao appello e sei que uma Filha de Maria do Livramento conseguiu até arranjar um socio benemerito. [...] - Mary (*O Semeador*, Maceió, 11 jan. 1926, p. 1).

Observamos que mesmo relutante ao uso do termo “feminismo” e às variações de significados que o acompanhavam, as mulheres católicas alagoanas não deixaram de atuar cada vez mais nos espaços públicos, utilizando-se do novo discurso a favor do sexo feminino que o clero começou a propagar no início do século XX e, participando mais ativamente das associações femininas católicas, que formavam um grupo de relacionamentos fora do âmbito privado, podendo assumir espaços de destaque na sociedade. A análise desses textos conservadores abre um leque de possibilidades de interpretações em volta do feminismo, católico e secular que surgiu em Alagoas na recém-república.

O Semeador e o voto feminino

Segundo Lilian de Oliveira Rosa (2011, p. 37), as relações políticas estabelecidas pela Igreja com o Estado orientaram-se por um caráter de neutralidade, mas “que não deve ser confundido com a ausência de participação política e consequentemente com uma atitude passiva da Igreja, muito ao contrário”. Os prelados, mesmo não lhes sendo permitida a participação direta na política, deviam orientar os fiéis na escolha dos candidatos e informar o posicionamento da Igreja sobre determinado assunto que estivesse em voga. Eles também deviam fazer alianças com pessoas influentes no campo político e com as oligarquias regionais, no intuito de conseguir apoio na defesa dos interesses católicos.

Antes da separação Estado-Igreja, feito da República, as eleições, até 1881, aconteciam dentro das Igrejas, com missas rezadas antes e depois do processo, declarando o caráter sagrado do evento. Os párocos eram responsáveis pelo censo e pelas listas eleitorais (Mônica Karawejczyk; Tatiana Vargas Maia, 2016, p. 93). A Igreja Católica manteve sua influência no campo eleito-

ral mesmo após ter perdido essa tarefa, principalmente entre seus devotos.

No início do século XX, a Igreja Católica participava dos debates em torno do voto feminino; formulando suas posições, que se modificaram ao longo dos anos, num primeiro momento foi contra e depois tornou-se a favor. Durante o pontificado de Pio X (1903-1914), a Santa Sé foi expressamente contra o direito das mulheres de serem eleitoras e elegíveis, utilizando sempre o argumento de que as mulheres pertenceriam apenas ao âmbito privado. Em 1919, Bento XV (1914-1922) declarou-se a favor do voto feminino, momento que se fazia necessária a participação dos católicos na vida política em constante alteração devido à Primeira Guerra Mundial e às mudanças no cenário político brasileiro (Heleieth Saffioti, 2013, p. 168).

A partir disso, muitos membros do clero brasileiro posicionaram-se a favor do voto feminino e deram sustentação aos movimentos sufragistas. Segundo Heleieth Saffioti (2013, p. 140), “Como instituição social, a Igreja Católica tem sofrido transformações que marcam o processo de sua adaptação a um mundo social movente e instável”. Todavia, ela não representa uma mudança muito acentuada na questão social que reforça a submissão da mulher ao homem e nutre a mística feminina na qual a mulher tem vocação natural de ser dona de casa e cuidar dos filhos. Como instituição de poder e influência, a Igreja Católica tem atuado para retardar tensões sociais e manter a ordem vigente capitalista, na tentativa de preservar seu *status quo* presente, mesmo que para isso seja necessário sacrificar a doutrina cristã, que muitas vezes entra em contradição com o modo de vida capitalista (Saffioti, 2013, p. 140-141).

O movimento feminista brasileiro liberal foi o que mais ganhou destaque da imprensa na Primeira República e tinha sua principal pauta voltada para a conquista de direitos políticos através do voto. As mulheres que participavam dessas reivindi-

cações eram, em maioria, das classes alta e média da sociedade e que estudaram fora do país, onde tiveram contato com feministas da Europa ou dos Estados Unidos da América, trazendo essas ideias para o Brasil. O sufrágio feminino já era debatido desde meados do século XIX, antes da Proclamação da República, visto que as mulheres solicitavam o seu alistamento eleitoral apoiadas na lei, que não impedia de modo explícito o seu alistamento (Mônica Karawejczyk, 2014, p. 331).

O caráter personalista marcou esse momento do feminismo brasileiro, exaltando nomes como Bertha Lutz¹³, principal idealizadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - FBPF (1922), e demarcando narrativas homogeneizantes que nos alertam sobre as relações de poder dentro do movimento, as quais deram visibilidade a grupos que não entraram em combate direto com as normas sociais defendidas pela Igreja Católica. A FBPF buscou manter uma relação próxima à Igreja Católica para ter uma forte aliada na obtenção do voto. Essa relação se deu, nas palavras de Mônica Karawejczyk (2016, p. 98), graças à “atitude estratégica de não confronto com as autoridades” que Bertha Lutz realizava.

Tivemos em Alagoas, como representante desse feminismo, a Federação Alagoana pelo Progresso Feminino - FAPF (1932),

13 “Pioneira das lutas feministas no Brasil, Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo (SP), no dia 2 de agosto de 1894. Era filha da enfermeira inglesa, Amy Fowler, e do cientista e pioneiro da medicina tropical, Adolfo Lutz. Adolescente, foi completar sua educação na Europa, onde manteve contato com a explosiva campanha sufragista inglesa. Em 1918, em Paris, licenciou-se em Ciências na Universidade de Sorbonne; em seguida, voltou para o Brasil, onde ingressou, através de concurso público, como bióloga no Museu Nacional. Desde seu regresso, aos 24 anos, Bertha tornou-se uma defensora incansável dos direitos da mulher no país.” (Schuma Schumacher; Erico Vital Brazil, 2000, p. 106).

marcada pelas figuras de Lily Lages¹⁴ e Linda Mascarenhas¹⁵. A atuação da FAPF é caracterizada como um feminismo “bem-comportado”, alinhado aos ideais liberais da FBPF, que não pretendia romper ou colocar em xeque a sociedade patriarcal vigente, mas procurava conquistar seus objetivos fazendo alianças com os políticos e tendo como principal aliada a Igreja Católica alagoana.

Vejamos uma publicação do jornal *O Semeador*, de 17 de março de 1928, da coluna “Secção Feminina”, dedicada ao público feminino:

O projecto que voltou a ser discutido no Congresso Federal, em fins do anno passado, concedendo á mulher o direito do voto, tem suscitado por todo o Brazil os mais variados commentarios. [...] Os abices encontrados por esse projecto me fazem suppor que o homem receia a concurrencia da mulher na politica - o que aliás se tem dado (diga-se a verdade) relativamente a quasi todas as

14 “LAGES, Maria José Salgado dita Lily Lages (Maceió AL 17/6/1907 - Rio de Janeiro RJ 30/11/2003) Deputada estadual, professora, médica. Filha de José Gonçalves Lages e Maria das Dores Salgado Lages. Formada em Medicina pela Faculdade da Bahia (1931) [...] Como primeira mulher alagoana eleita deputada, ocupou uma cadeira na Assembléia Legislativa, em 1934, pelo Partido Republicano, tendo participado nos trabalhos constitucionais dos títulos sobre maternidade, infância e saúde, no capítulo da Ordem Econômica e Social e, ainda, na legislatura 1935-38.” (Francisco Reinaldo Amorim de Barros, 2005, tomo 2, p. 114)

15 “MASCARENHAS, Lindaura Vieira Mascarenhas dito Linda Mascarenhas (Maceió AL 14/5/1895 - Maceió AL 9/6/1991) Atriz, teatróloga, cantora, professora Filha de Manoel Cesário Mascarenhas e Lourença Vieira Mascarenhas. Em 23 de outubro de 1944 criou o Teatro de Amadores de Maceió (TAM). Em 12/10/1955, criou a Associação Teatral de Alagoas (ATA). Fundou, em 1958, e presidiu a Associação dos Cronistas Teatrais de Alagoas.” (Barros, 2005, tomo 2, p. 233)

outras carreiras sociais. [...] Pouco me interessa o direito do voto feminino [...] Não é, pois, meu intuito pleitear a emancipação feminina política da mulher; entretanto não compreendo se lhe negue um direito concedido a qualquer cidadão maior de 21 annos que saiba ler e assignar o nome. [...] é inegavel que já ha um bom numero de senhoras brasileiras em condições de collaborar proficuamente na vida politica de nosso paiz, desde que não lhe seja mais vedado o direito eleitoral (*O Semeador*, Maciô, 17 mar. 1928, p. 1).

A declaração acima segue o padrão da posição de cautela adotada pela Igreja Católica em relação ao sufrágio feminino e declara que, mesmo contrário ao movimento, não impede a causa, visto que muitas mulheres da elite e que ocupavam lugares de destaque na sociedade, já seriam capazes de votar. Essa posição adotada pela Igreja dá-se graças à grande quantidade de mulheres que eram engajadas no movimento feminista e ao mesmo tempo eram católicas praticantes. A Igreja não combatia publicamente o movimento sufragista e, em troca, as feministas não atacavam os aspectos dogmáticos católicos que subordinavam as mulheres, evitando que houvesse um esvaziamento nas fileiras do movimento (Simone Costa, 2015, p. 16).

Em contrapartida, encontramos textos que condenavam o movimento feminista e alegavam que a inserção feminina na política traria a ruína da família e a degradação da sociedade. A exemplo disso, a publicação “Agora é perigosa” de 18 de janeiro de 1929:

Deus me livre que appareça por ahi qualquer dia o voto feminino... Quer-me parecer que será a maior calamidade que pudesse pesar sobre o Brasil. [...] O feminismo ainda não é planta que se pegue bem nos tropicos. Nossas mulheres prendem-se mais aos encantos do lar e teem uma

adoravel ignorancia dos problemas politicos e das graves questões sociaes. [...] Ora, se o homem até hoje não resolveu o problema brasileiro com todas as suas terríveis complicações, como é que o resolverão milhares, se quiserem milhões de mulheres que obedecem cegamente a esses mesmos homens?... [...] Tratem os defeitos dos homens, preservando as mulheres desse contacto nefasto com a politica de arrelia em que temos vivido no regimen republicano e que não sei até quando irá nem ao que chegará. [...] então, sim, demos-lhes titulo de eleitora e o mais que for possivel nas circunstancias. Agora, de afogadilho, é perigoso. - Soares de Azevedo (*O Semeador*, Maceió, 18 jan. 1929, p. 1).

O autor do texto explica, segundo seus pressupostos patriarcais, que o voto feminino no Brasil ainda não deveria ser permitido, pois as mulheres ainda não estavam educadas politicamente para se envolverem nos problemas da nação, além de que muitas delas se afeiçoavam mais às questões do lar. O autor do texto afirma ainda que muitas que participavam do movimento eram influenciadas por tutores masculinos (esposos, pais) que, por sua vez, não seriam capazes de resolver os próprios problemas que criam na política, muito menos as mulheres.

Segundo Michelle Perrot (2007, p. 151), “de todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder era considerada o apanágio e o negócio dos homens”. O campo político é sempre interpretado como “nefasto” e inapropriado à índole feminina, sujeita a ser corrompida. Esse repertório repetido, que durante toda a década de 1920 foi publicado no jornal, evidencia como a Igreja utilizava a imprensa para reforçar o ideal feminino cristão de mãe afeiçoada e dona de casa dedicada.

Podemos ver esse mesmo cenário em outros estados, a exemplo da Paraíba, que vem de uma tradição conservadora, como

Alagoas, e via inicialmente o feminismo e o voto feminino como uma ameaça à preservação da sociedade e da família. Simone Costa (2015), em sua tese sobre o Feminismo e a Igreja Católica na Paraíba (1910-1940), analisa o jornal católico *A Imprensa*, que fez trajetória semelhante à de *O Semeador* nos discursos sobre a índole feminina e sua emancipação. Na década de 1920, o jornal paraibano passou a defender, mas não sem divergências, que o feminismo seria um grande aliado da Igreja se não questionasse os papéis inegociáveis da mulher como mãe e dona de casa. Pesquisas regionais como esta evidenciam um alinhamento da Igreja nacional em relação ao tema, porém destacando as particularidades decorrentes do meio.

A Igreja Católica busca fortalecer-se no meio político. Nos anos de 1932 a 1934, encontramos mais publicações em *O Semeador* que reafirmam a missão das mulheres católicas de exercerem seus direitos eleitorais para assegurar os interesses cristãos. O texto intitulado “Voto Feminino” (*O Semeador*, Maceió, 16 nov. 1932, p. 1) é iniciado com a frase do papa Bento XV – “Nós queremos ver as mulheres eleitoras em toda a parte” – e destacava o embate que seria travado na elaboração da nova Constituição do país, na qual deveriam ser defendidos o ensino religioso nas escolas e a proibição do divórcio¹⁶. Essas pautas, segundo eles, afetariam tanto a Igreja como a própria mulher e,

16 Em 1932, é fundada a Liga Eleitoral Católica (LEC) a nível nacional, caracterizada como uma “ação política suprapartidária” e visando à participação nas eleições em 1933 para a Constituinte (Adryene Carvalho, 2016, p. 138). As mulheres foram um importante instrumento para o empoderamento da LEC, garantindo a vitória de muitos candidatos alinhados com o programa. O programa da LEC era composto por dez pontos, os candidatos apoiados deveriam defender pelo menos três pontos: “a indissolubilidade do casamento, o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e a assistência eclesialística facultativa às forças armadas.” (Wellington Silva, 2008, p. 553). A Constituição de 1934 representou uma vitória da posição católica mais abrangente do que era esperado, os dez pontos foram aprovados.

por isso, não deveriam se abster desse “dever de consciência”. O voto feminino fez com que as mulheres passassem a ser vistas como importantes aliadas, sendo incentivada cada vez mais sua participação na política.

Considerações finais

Inicialmente combatidos pela Igreja Católica, os movimentos femininos e feministas que fizeram eco no estado de Alagoas contribuíram significativamente para as transformações na vida das mulheres. Por muito tempo, muitas delas ficaram confinadas a espaços físicos e morais construídos pelo sistema patriarcal ainda vigente em nossa sociedade. Buscou-se resgatar essa história ainda pouco explorada em Alagoas e contribuir para a construção nacional da memória desses movimentos e suas atuações na esfera religiosa.

Os discursos presentes na imprensa católica foram permeados pela ambiguidade do jogo de exclusão e inclusão das mulheres, ora vistas como Eva, ora vistas como Maria, ditando os limites de seus desejos, desde usar uma roupa da moda até em quem deviam votar.

Até o presente, as mulheres ainda compõem a maior parte do público que frequenta as igrejas. Tal fato nos faz questionar o poder de atração que a Igreja Católica exerce sobre as mulheres. Maria José Rosado Nunes (2009, p. 214) destaca que as religiões “não funcionam sempre e em todas as sociedades como forças conservadoras de reforço à subordinação das mulheres”. Por sua ação, as mulheres podem construir nesses espaços mudanças sociais e políticas.

Francine Leôncio Mendonça de França é graduanda em História - Licenciatura da Ufal. E-mail: francine.franca@ichca.ufal.br. Pesquisa orientada pela Profa. Dra. Irinéia Maria Franco dos Santos (Ufal).

Referências

ALVES, Iracélli da Cruz. *Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil*. 2020. 358f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas*. Dicionário Biobibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas. Tomos 1 e 2. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

CARVALHO, Adryene Araújo de. Igreja Católica e política: um olhar inicial via os processos de ordenação sacerdotais do arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (1930-1939). *Quaestionis Documenta – Revista do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió*, ano I, n. 1, p. 134-147, 2016.

COSTA, Simone da Silva. *Feminismo e Igreja Católica: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910-1940)*. Recife: O autor, 2015.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 63, p. 7-26, jan./abr. 2018.

GUARIZA, Nadia Maria. *As guardiãs do lar: a valorização materna no discurso ultramontano*. 2003. 155f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KARAWECZYK, Mônica. Suffragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 327-346, 2014.

KARAWECZYK, Mônica; MAIA, Tatiana Vargas. A Igreja Católica e o voto feminino no Brasil – uma questão de poder e influência. *Coisas do Gênero*, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 90-104, jan./jul. 2016.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Disciplina e piedade: o movimento feminino católico brasileiro no começo do século XX. *Revista Brasileira de História das Religiões*, São Luís, ano IX, n. 26, p. 185-207, set./dez. 2016. DOI: 10.4025/rbhranpuh.v9i26.31717

MARTINS, Ana Paula Vosne. Qual feminismo? Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues (1861-1926). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 95-116, maio/ago. 2020.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 482-509.

NUNES, Maria José Rosado. Religiões. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 213-222.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Silvana Mota. Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo. Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia, Universidade de Coimbra, 17-19 de abril, 2000.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. *A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937*. Franca: [s.n.], 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *Imprensa Católica na Primeira República: uma história social do semanário A Fé Christã* (Penedo, Alagoas). v. 1. Maceió: Edufal, 2019.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil*. De 1500 até a atualidade. Biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.



SOUZA, Ioneide Maria Piffano Brion de. Construindo identidades: a Pia União das Filhas de Maria e o catolicismo romanizado. *Anais XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio Memória e Patrimônio*, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Wellington Teodoro da. Catolicismo militante na primeira metade do século XX brasileiro. *História Revista*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 541-563, jul./dez. 2008.

TOLDY, Teresa Martinho. As mulheres na Igreja Católica: luzes e sombras ao longo da história. *THEOLOGICA*, 2ª série, Lisboa, v. 32, n. 2, p. 219-245, 1997. DOI: <https://doi.org/10.34632/theologica.1997.10800>